



IPREMB – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 30 DE ABRIL DE 2020.

Betim/MG, 19 de agosto de 2020.

Aos Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
IPREMB – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM

Prezados(as) Senhores(as),

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo **IPREMB – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram o Balancete Contábil levantado em 30/04/2020, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), porém, excepcionalmente efetuado todo via trabalhos remotos devido a COVID-19, o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2020, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para a Administração a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando à tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9
Sócio Sênior

Índice

1.	INTRODUÇÃO	3
1.2	METODOLOGIA.....	4
1.3	TÉCNICAS DE ABORDAGEM	4
1.4	FONTES DE INFORMAÇÃO.....	4
1.5	ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS	5
1.6	PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS.....	6
2.	RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA	7
2.1	BALANCETE ADAPTADO A MATRIZ DE RISCO	7
2.2	BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO	8
2.3	RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL	9
2.4	RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL	10
3.	COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS.....	11
4.	COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS	17
5.	CONCLUSÃO	22

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **IPREMB**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos no Balancete Contábil levantado em 30 de abril de 2020, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Entidades de Previdência, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 30 de abril do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Entidade auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária da entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de n.º 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nossos trabalhos foram exclusivamente desenvolvidos com base nas informações e documentos fornecidos pela Entidade. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Entidade contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

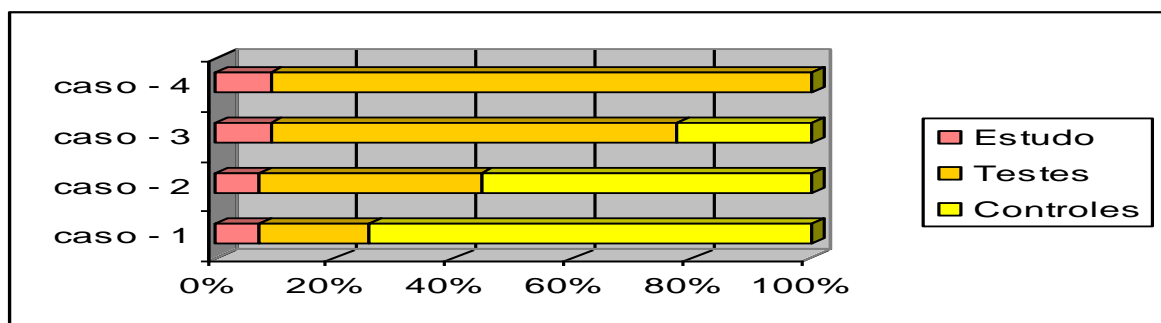
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente em uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

✓ **Testes de Observância:**

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

✓ **Testes de Substância:**

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

- ✓ Análise do orçamento anual verificando se foram aprovados regularmente, se as receitas previstas guardam conformidade com as fontes e se as despesas fixadas são compatíveis com os planos, programas, projetos e atividades aprovados;
- ✓ Examinamos a execução orçamentária, verificando se a receita arrecadada e a despesa realizada guardam conformidade com o que foi orçado, no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos e, no caso de ser necessária reformulação ou remanejamento, se foram processados regularmente;
- ✓ Análise da movimentação dos recursos financeiros, verificando se está sendo efetuado por meio de banco oficial, se as aplicações financeiras são feitas de acordo com os dispositivos legais em vigor e se as contas são conciliadas regularmente;
- ✓ Analisamos os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade, verificando o cumprimento das formalidades e escrituração dos Livros Diários e Razão, se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se estão atualizados;
- ✓ Análise dos balancetes, dos balanços orçamentário financeiro e patrimonial, das demonstrações das contas de resultado e demais demonstrações contábeis e extra contábeis quanto aos aspectos formais técnicos, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição;
- ✓ Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais Ativos e Passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- ✓ Avaliação do sistema de controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis, principalmente no que tange à identificação, localização, movimentação, guarda, estado de conservação, inventário, etc.;
- ✓ Análise do histórico de demandas e de diligências originárias dos órgãos de controle externo e interno, e de seu cumprimento.

2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 01/2020, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 BALANCETE ADAPTADO A MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado 30 de abril de 2020, sob exame, bem como da análise dos relatórios anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e conseqüentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO		Matriz de Riscos					
Orçamentário	Grande	5	5	10	15	20	25
Fiscal	Relevante	4	4	8	12	16	20
Estratégico	Moderado	3	3	6	9	12	15
Reputação	Pequeno	2	2	4	6	8	10
Integridade	Insignificante	1	1	2	3	4	5
Operacional			1	2	3	4	5
Gestão							
Regulação							
Processos							
Licitações							
Recursos Humanos							
Contábil							
Serviços							
Fornecedores							
Despesas							
Receitas							

Matriz de Riscos					
IMPACTO	Grande	Relevante	Moderado	Pequeno	Insignificante
	5	4	3	2	1

Matriz de Riscos					
	1	2	3	4	5
Rara	< 10%	>=10% <= 30%	=30% <= 50%	=50% <= 90	>90%
Improvável					
Possível					
Provável					
Quase certo					

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

Risco de Exposição e Variação		
Numérica	Descritiva	Impacto
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem conseqüências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem conseqüências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem conseqüências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

2.2 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 30/04/2020 sob exame, bem como da análise dos relatórios de auditorias anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética a seguir, visando à melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações.

Conta	ATIVO	SALDOS				Variação 30/04/2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
		Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
1.1.0.0.00.00	ATIVO CIRCULANTE	1.253.940.888,70	99,62	1.374.578.558,47	99,98	-120.637.669,77	-8,78	Alto	Baixo
1.1.1.0.00.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	82.810.784,96	6,58	77.944.410,46	5,67	4.866.374,50	6,24	Baixo	Baixo
1.1.1.1.1.19.00.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	-	0,00	235.210,88	0,02	-235.210,88	-100,00	Nulo	Alto
1.1.1.1.1.50.00.00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	82.810.784,96	6,58	77.709.199,58	5,65	5.101.585,38	6,56	Baixo	Baixo
1.1.3.0.00.00.00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	52.653.140,17	4,18	62.120.106,13	4,52	-9.466.965,96	-15,24	Baixo	Relativo
1.1.3.6.00.00.00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO	27.976.762,03	2,22	37.397.944,12	2,72	-9.421.182,09	-25,19	Baixo	Alto
1.1.3.8.00.00.00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CP	24.676.378,14	1,96	24.722.162,01	1,80	-45.783,87	-0,19	Baixo	Baixo
1.1.4.0.00.00.00	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CP	1.118.437.831,47	88,86	1.234.474.909,78	89,79	-116.037.078,31	-9,40	Alto	Baixo
1.1.5.0.00.00.00	ESTOQUES	39.132,10	0,00	39.132,10	0,00	0,00	0,00	Baixo	Nula
1.2.0.0.00.00.00	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.767.656,45	0,38	242.460,45	0,02	4.525.196,00	1.866,36	Baixo	Alto
1.2.3.0.00.00.00	IMOBILIZADO	4.767.656,45	0,38	242.460,45	0,02	4.525.196,00	1.866,36	Baixo	Alto
1.2.3.1.00.00.00	BENS MÓVEIS	599.852,81	0,05	594.656,81	0,04	5.196,00	0,87	Baixo	Baixo
1.2.3.8.00.00.00	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-352.196,36	-0,03	-352.196,36	-0,03	0,00	0,00	Baixo	Nula
	TOTAL	1.258.708.545,15		1.374.821.018,92		-116.112.473,77	-8,45		Baixo
Conta	PASSIVO	SALDOS				Variação 30/04/2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)				
2.1.0.0.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	3.642.763,17	0,29	4.955.079,80	0,36	-1.312.316,63	-26,48	Baixo	Alto
2.1.1.0.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00	31.718,95	0,00	-31.718,95	-100,00	Nulo	Alto
2.1.2.0.00.00.00	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo	Nulo
2.1.3.0.00.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	16.398,00	0,00	234.764,61	0,02	-218.366,61	-93,02	Baixo	Alto
2.1.4.0.00.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	392.740,69	0,03	-392.740,69	-100,00	Nulo	Alto
2.1.8.0.00.00.00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.626.365,17	0,29	4.295.855,55	0,31	-669.490,38	-15,58	Baixo	Relativo
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.442.528.777,53	114,60	1.444.152.290,68	105,04	-1.623.513,15	-0,11	Alto	Baixo
2.2.1.0.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00	1.623.513,15	0,12	-1.623.513,15	-100,00	Nulo	Alto
2.2.2.0.00.00.00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo	Nulo
2.2.7.0.00.00.00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.442.528.777,53	114,60	1.442.528.777,53	104,92	0,00	0,00	Alto	Nulo
	TOTAL DO PASSIVO	1.446.171.540,70	114,89	1.449.107.370,48	105,40	-2.935.829,78	-0,20	Alto	Baixo
2.3.7.1.1.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-256.753.573,98	-20,40	-143.576.929,99	-10,44	-113.176.643,99	78,83	Alto	Alto
2.3.7.1.2.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	76.528.132,95	6,08	76.528.132,95	5,57	0,00	0,00	Baixo	Nulo
2.3.7.1.3.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-7.217.017,53	-0,57	-7.217.017,53	-0,52	0,00	0,00	Baixo	Nulo
2.3.7.1.4.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	-20.536,99	0,00	-20.536,99	0,00	0,00	0,00	Baixo	Nulo
	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-187.462.995,55	-14,89	-74.286.351,56	-5,40	-113.176.643,99	152,35	Relativo	Alto
	TOTAL	1.258.708.545,15		1.374.821.018,92		-116.112.473,77	-8,45		Baixo

2.3 RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL

Referida análise visa explicar a variação percentual negativa de **-8,45%** (oito inteiros e quarenta e cinco centésimos) verificada nos saldos do Ativo e no Passivo, que perfaz uma redução patrimonial de **R\$116.112.473,77**, ocorrida entre os meses de Janeiro a Abril de 2020 propiciando assim analisarmos a relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período sob exame.

Conta	ATIVO	SALDOS	Variação 30/04/2020 x 2019		RISCO DE VARIACÃO
			Exercício Atual (R\$)	R\$	
	ATIVOS				
	ATIVOS CIRCULANTES				
1.1.0.0.0.00.00	ATIVO CIRCULANTE	1.253.940.888,70	-120.637.669,77	-8,78	Baixo
1.1.1.0.0.00.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	82.810.784,96	4.866.374,50	6,24	Baixo
1.1.1.1.1.19.00.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	-	-235.210,88	-100,00	Alto
1.1.1.1.1.50.00.00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	82.810.784,96	5.101.585,38	6,56	Baixo
1.1.3.0.0.00.00.00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	52.653.140,17	-9.466.965,96	-15,24	Relativo
1.1.3.6.0.00.00.00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO	27.976.762,03	-9.421.182,09	-25,19	Alto
1.1.3.8.0.00.00.00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CP	24.676.378,14	-45.783,87	-0,19	Baixo
1.1.4.0.0.00.00.00	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CP	1.118.437.831,47	-116.037.078,31	-9,40	Baixo
1.1.5.0.0.00.00.00	ESTOQUES	39.132,10	0,00	0,00	Nula
1.2.0.0.0.00.00.00	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.767.656,45	4.525.196,00	1.866,36	Alto
1.2.3.0.0.00.00.00	IMOBILIZADO	4.767.656,45	4.525.196,00	1.866,36	Alto
1.2.3.1.0.00.00.00	BENS MÓVEIS	599.852,81	5.196,00	0,87	Baixo
1.2.3.8.0.00.00.00	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS	-352.196,36	0,00	0,00	Nula
	TOTAL	1.258.708.545,15	-116.112.473,77	-8,45	Baixo
	PASSIVOS				
	PASSIVOS CIRCULANTES				
2.1.0.0.0.00.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	3.642.763,17	-1.312.316,63	-26,48	Alto
2.1.1.0.0.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	-31.718,95	-100,00	Alto
2.1.2.0.0.00.00.00	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	0,00	0,00	0,00	Nulo
2.1.3.0.0.00.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	16.398,00	-218.366,61	-93,02	Alto
2.1.4.0.0.00.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	-392.740,69	-100,00	Alto
2.1.8.0.0.00.00.00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.626.365,17	-669.490,38	-15,58	Relativo
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.442.528.777,53	-1.623.513,15	-0,11	Baixo
2.2.1.0.0.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	-1.623.513,15	-100,00	Alto
2.2.2.0.0.00.00.00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	Nulo
2.2.7.0.0.00.00.00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.442.528.777,53	0,00	0,00	Nulo
	TOTAL DO PASSIVO	1.446.171.540,70	-2.935.829,78	-0,20	Baixo
2.3.7.1.1.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-256.753.573,98	-113.176.643,99	78,83	Alto
2.3.7.1.2.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	76.528.132,95	0,00	0,00	Nulo
2.3.7.1.3.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-7.217.017,53	0,00	0,00	Nulo
2.3.7.1.4.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	-20.536,99	0,00	0,00	Nulo
	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-187.462.995,55	-113.176.643,99	152,35	Alto
	TOTAL	1.258.708.545,15	-116.112.473,77	-8,45	Baixo

2.4 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

Conta	ATIVO	SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO		
		Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	< A/V >	
1.1.0.0.0.00.00	ATIVO CIRCULANTE		1.253.940.888,70	99,62	Alto	●
1.1.1.0.0.00.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		82.810.784,96	6,58	Baixo	●
1.1.1.1.1.19.00.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		-	0,00	Nulo	●
1.1.1.1.1.50.00.00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		82.810.784,96	6,58	Baixo	●
1.1.3.0.0.00.00.00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		52.653.140,17	4,18	Baixo	●
1.1.3.6.0.00.00.00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO		27.976.762,03	2,22	Baixo	●
1.1.3.8.0.00.00.00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CP		24.676.378,14	1,96	Baixo	●
1.1.4.0.0.00.00.00	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CP		1.118.437.831,47	88,86	Alto	●
1.1.5.0.0.00.00.00	ESTOQUES		39.132,10	0,00	Baixo	●
1.2.0.0.0.00.00.00	ATIVO NÃO-CIRCULANTE		4.767.656,45	0,38	Baixo	●
1.2.3.0.0.00.00.00	IMOBILIZADO		4.767.656,45	0,38	Baixo	●
1.2.3.1.0.00.00.00	BENS MÓVEIS		599.852,81	0,05	Baixo	●
1.2.3.8.0.00.00.00	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-352.196,36	-0,03	Baixo	●
	TOTAL		1.258.708.545,15			
Conta	PASSIVO	SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO		
	Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	< A/V >		
2.1.0.0.0.00.00	PASSIVO CIRCULANTE		3.642.763,17	0,29	Baixo	●
2.1.1.0.0.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00	Nulo	●
2.1.2.0.0.00.00.00	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO		0,00	0,00	Nulo	●
2.1.3.0.0.00.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP		16.398,00	0,00	Baixo	●
2.1.4.0.0.00.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	Nulo	●
2.1.8.0.0.00.00.00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		3.626.365,17	0,29	Baixo	●
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.442.528.777,53	114,60	Alto	●
2.2.1.0.0.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00	Nulo	●
2.2.2.0.0.00.00.00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZ		0,00	0,00	Nulo	●
2.2.7.0.0.00.00.00	PROVISÕES A LONGO PRAZO		1.442.528.777,53	114,60	Alto	●
	TOTAL DO PASSIVO		1.446.171.540,70	114,89	Alto	●
2.3.7.1.1.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO		-256.753.573,98	-20,40	Alto	●
2.3.7.1.2.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS		76.528.132,95	6,08	Baixo	●
2.3.7.1.3.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO		-7.217.017,53	-0,57	Baixo	●
2.3.7.1.4.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO		-20.536,99	0,00	Baixo	●
	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-187.462.995,55	-14,89	Relativo	●
	TOTAL		1.258.708.545,15			

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **99,98%** do saldo total do ativo em 2020, recebendo atributo de “alto risco” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação negativa de **R\$ 120.637.669,77** equivalentes a **2,02%** de redução em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “alto risco”, do ponto de vista quantitativo e “risco baixo” ponto de vista qualitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				Variação 30/04/2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
ATIVO CIRCULANTE	1.253.940.888,70	99,62	1.374.578.558,47	99,98	-120.637.669,77	-8,78	Alto	Baixo
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	82.810.784,96	6,58	77.944.410,46	5,67	4.866.374,50	6,24	Baixo	Baixo
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	-	0,00	235.210,88	0,02	-235.210,88	-100,00	Nulo	Alto
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	82.810.784,96	6,58	77.709.199,58	5,65	5.101.585,38	6,56	Baixo	Baixo
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	52.653.140,17	4,18	62.120.106,13	4,52	-9.466.965,96	-15,24	Baixo	Relativo
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO	27.976.762,03	2,22	37.397.944,12	2,72	-9.421.182,09	-25,19	Baixo	Alto
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CP	24.676.378,14	1,96	24.722.162,01	1,80	-45.783,87	-0,19	Baixo	Baixo
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CP	1.118.437.831,47	88,86	1.234.474.909,78	89,79	-116.037.078,31	-9,40	Alto	Baixo
ESTOQUES	39.132,10	0,00	39.132,10	0,00	0,00	0,00	Baixo	Nula

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, portanto, a rubrica mais significativa do disponível a qual apresentou a seguinte variação no período.

✓ Controles Internos

As contas de depósitos e de aplicações mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os recebimentos de avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

As “Aplicações de Liquidez Imediata” são representadas por fundos extra mercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária, registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos, dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com a razão contábil.

Além do estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, solicitamos confirmação dos saldos através de Carta Circularização as instituições financeiras custodiantes de ativos da entidade.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais. Não obtivemos respostas para as cartas de circularizações enviadas as entidades financeiras com as quais o instituto mantém contas bancárias e de investimentos ativas.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Caixa e Equivalentes de Caixa são consubstanciados por meio de conciliações periódicas dos numerários e demais documentos de suporte e das análises e conciliações bancárias efetuadas mensalmente. Tais controles nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

Ressalta-se a ausência de resposta de circularização (confirmação externa), sendo que eventuais riscos tanto quanto da inexatidão dos saldos de créditos (mesmo com a checagem dos extratos bancários) quanto de possíveis débitos não reconhecidos (passivo omissis) devem ser considerados.

3.1.2 DEMAIS CRÉDITOS EM CURTO PRAZO

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra os créditos de Curto Prazo, que representam saldos de contribuições previdenciárias a receber (a realizar no mês subsequente). Referidas contas registram os valores que cumprem os requisitos para classificação no Circulante.

ATIVO	SALDOS				Variação 30/04/2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
ATIVOS	1.253.940.888,70	99,62	1.374.578.558,47	99,98	-120.637.669,77	-8,78	Alto	Baixo
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	52.653.140,17	4,18	62.120.106,13	4,52	-9.466.965,96	-15,24	Baixo	Relativo
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO	27.976.762,03	2,22	37.397.944,12	2,72	-9.421.182,09	-25,19	Baixo	Alto
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CP	24.676.378,14	1,96	24.722.162,01	1,80	-45.783,87	-0,19	Baixo	Baixo

✓ Procedimentos de Auditoria

Confrontamos de modo comparativo os valores entre os exercícios de 2019 a 2020, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ Opinião

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Curto Prazo nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos demonstrando-nos controle dos valores devidos.

Ressalte-se que está em processo de consolidação saldo de crédito com o Município de Betim – MG, referente ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários 056/2013, processo este que pode refletir nos saldos de créditos a receber comportados por esta conta.

3.1.3 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES

ATIVO	SALDOS				Variação 30/04/2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
ATIVOS	1.253.940.888,70	99,62	1.374.578.558,47	99,98	-120.637.669,77	-8,78	Alto	Baixo
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CP	1.118.437.831,47	88,86	1.234.474.909,78	89,79	-116.037.078,31	-9,40	Alto	Baixo

✓ Controles Internos

As contas de Investimentos e aplicações, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as

eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os recebimentos de avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos, dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários e de fundos de investimento em cotejados com a razão contábil.

Além do estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, solicitamos confirmação dos saldos através de Carta Circularização as instituições financeiras custodiantes de ativos da entidade.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas de aplicação em fundos de investimentos estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais. Não obtivemos respostas para as cartas de circularizações enviadas as entidades financeiras e fundos com as quais o instituto mantém contas de investimentos ativas.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Investimentos e aplicações são consubstanciados por meio de conciliações periódicas dos numerários e demais documentos de suporte e das análises e conciliações bancárias efetuadas mensalmente. Tais controles nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

Ressalta-se a ausência de resposta de circularização (confirmação externa), sendo que eventuais riscos tanto quanto da inexatidão dos saldos de créditos (mesmo com a checagem dos extratos bancários) quanto de possíveis débitos não reconhecidos (passivo omissos) devem ser considerados.

3.1.4 ESTOQUES

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

ATIVO	SALDOS				Variação 30/04/2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
Especificação							< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	1.253.940.888,70	99,62	1.374.578.558,47	99,98	-120.637.669,77	-8,78	Alto	Baixo
ESTOQUES	39.132,10	0,00	39.132,10	0,00	0,00	0,00	Baixo	Nula

✓ Procedimentos de Auditoria

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, porém aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 500, mediante revisão e regressão contábil dos saldos, analisando as entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos, atestando o valor patrimonial registrado para esse grupo.

✓ Constatações

Através de procedimentos alternativos de regressão a partir da listagem, efetuamos testes de observância e substância, validamos o saldo em “Estoque”, além de receber atributo de risco baixo no ponto de vista da exposição ativa e no volume de transações.

✓ Opinião

Os procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 500, apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação daqueles saldos, tornaram-se eficientes em função dos controles internos apropriados. Observa-se que a entidade não efetua a baixa periódica do estoque de insumos, mantendo saldo de 31/12/2019, efetuando o levantamento anualmente, e conseqüente ajuste contábil.

3.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **0,38%** do saldo do ativo recebendo atributo de risco baixo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **1.866,36%** das transações que compõem a variação de **R\$ 4.525.196,00**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

ATIVO	SALDOS				Variação 30/04/2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
Especificação							< A/V >	< A/H >
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.767.656,45	0,38	242.460,45	0,02	4.525.196,00	1.866,36	Baixo	Alto
IMOBILIZADO	4.767.656,45	0,38	242.460,45	0,02	4.525.196,00	1.866,36	Baixo	Alto
BENS MÓVEIS	599.852,81	0,05	594.656,81	0,04	5.196,00	0,87	Baixo	Baixo
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-352.196,36	-0,03	-352.196,36	-0,03	0,00	0,00	Baixo	Nula

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Constatamos a ocorrência do procedimento de inventário para a data base de 31/12/2019, sendo que selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade no que tange a bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ **Constatações**

i) Teste de recuperabilidade e revisão de vida útil

A Entidade não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

A entidade efetuou o levantamento físico de seu inventário, por comissão interna, referente aos saldos de imobilizado e consequente avaliação do seu imobilizado tangível, considerando os saldos em 31/12/2019, no entanto não houve a revisão de vida útil e consequente valor residual destes bens, conforme preceitua a norma supramencionada.

Recomenda-se efetuar o teste de recuperabilidade do seus ativos e o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

✓ **Opinião**

Apesar da realização do inventário, a Entidade não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações. Anteriormente à vigência da Lei nº 11.638/2007, a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, já que não havia outro parâmetro vigente. No entanto, desde que se iniciou o processo de conversão da contabilidade aos padrões internacionais, as depreciações deve seguir como base o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das novas bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27. Deve-se efetuar esse levantamento quanto a valor de mercado e avaliação de vida útil, sendo que possíveis ajustes decorrentes devem ser reconhecidos nos saldos de 31/12/2020.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **0,29%** do saldo total do passivo recebendo atributo de risco baixo sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação de **R\$ -1.312.316,63**, equivalentes a **26,48%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando alto risco do ponto de vista de volume quantitativo e um baixo risco qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 30/04/2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO	
	Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$		A/H (%)	< A/V >
PASSIVO CIRCULANTE	3.642.763,17	0,29	4.955.079,80	0,36	-1.312.316,63	-26,48	Baixo		Alto
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00	31.718,95	0,00	-31.718,95	-100,00	Nulo		Alto
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo		Nulo
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	16.398,00	0,00	234.764,61	0,02	-218.366,61	-93,02	Baixo		Alto
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	392.740,69	0,03	-392.740,69	-100,00	Nulo		Alto
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.626.365,17	0,29	4.295.855,55	0,31	-669.490,38	-15,58	Baixo		Relativo

4.1.1 FORNECEDORES

O saldo da conta representa **0,68%** do saldo total do passivo recebendo atributo de risco baixo sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação negativa de **R\$ 390.963,90**, equivalentes a um decréscimo de **21,69%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo transacionado.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos as planilhas de conciliações dos saldos, realizamos o teste no subgrupo de Fornecedores, demonstrando propriedade nos saldos apresentados.

✓ **Opinião**

Realizamos testes através de exame da documentação que dá suporte para os registros contábeis onde não evidenciamos qualquer irregularidade.

4.1.2. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS), 13º salário, Férias da Entidade.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.3 PROVISÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Para validação desses saldos, obtivemos relatório emitido pela Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos das provisões sobre a folha de pagamento.

✓ **Constatações**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que tais provisões não estão sendo efetuadas, em desacordo com o princípio da competência.

✓ **Opinião**

A provisão para o pagamento férias e do 13º salário é calculada na base da remuneração dos empregados que tiverem trabalhado no mínimo quinze dias no mês, cabendo ajuste do valor provisionado nos meses anteriores em virtude de reajustes salariais, acrescidos dos encargos sociais cujo ônus cabe à empresa.

A entidade que não provisionar o valor férias e do 13º salário, em obediência ao princípio contábil da competência, irá contabilizar essa gratificação diretamente em conta de despesa ou custo, conforme o caso, no mês em que se der a quitação da gratificação em folha de pagamento

Os controles internos aderentes aos saldos das provisões trabalhistas não nos pareceram suficientes, de modo que não identificamos o registro contábil destas provisões.

4.1.4 PROVISÕES A LONGO PRAZO

PASSIVO	SALDOS				Variação 30/04/2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.442.528.777,53	114,60	1.444.152.290,68	105,04	-1.623.513,15	-0,11	Alto	Baixo
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00	1.623.513,15	0,12	-1.623.513,15	-100,00	Nulo	Alto
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo	Nulo
PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.442.528.777,53	114,60	1.442.528.777,53	104,92	0,00	0,00	Alto	Nulo

✓ Procedimentos de Auditoria

Este saldo de provisão, refere-se a Provisões Matemáticas e Atuarias, decorrentes das obrigações por conta dos planos de previdências ativos administrados pelo Instituto, a qual é determinada por avaliação atuarial periódica. As provisões matemáticas são calculadas com base na diferença entre o Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF dos diferentes benefícios cobertos pelo plano e o Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF do ente e segurados, observadas as alíquotas vigentes quando da data focal da avaliação atuarial. Para o cálculo atuarial do VACF, considerou-se o plano de custeio vigente, disposto na Lei Municipal nº 4.275, de 28/12/2005 na qual está definida a alíquota contributiva do segurado em 11,00% e do Ente Federativo em 11,00%, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos.

✓ Constatações

Observa-se que o saldo reconhecido em 30/04/2020 referente a Provisões Matemáticas e Atuarias é de 31/12/2017 (não efetuado levantamento para a data base de 2018), sendo que o laudo atuarial com o cálculo para a data base foi emitido em 15/05/2020. Nesse sentido, o valor de Provisões Matemáticas e Atuarias deve ser ajustado em R\$ 190.948.689,33, com reflexo negativo no Patrimônio Líquido da entidade, não havendo aporte ou contrapartida imediata do ente patrocinador, conforme valor demonstrado no quadro abaixo:

Resultados	2017*	2018**	2019
Ativo Real Líquido do Plano (1)	R\$ 1.442.528.777,53	R\$ 0,00	R\$ 1.633.477.466,86
Aplicações e Recursos – DAIR (a)	R\$ 1.087.683.692,88	R\$ 0,00	R\$ 1.298.746.852,65
Dívidas Reconhecidas	R\$ 354.845.084,65	R\$ 0,00	R\$ 334.730.614,21
Plano Previdenciário (2 = 3 + 4 - 5)	R\$ 1.739.888.454,10	R\$ 0,00	R\$ 2.163.978.311,81
Benefícios Concedidos (3)	R\$ 1.173.340.801,89	R\$ 0,00	R\$ 1.378.436.345,84
Benefícios a Conceder (4)	R\$ 1.213.318.773,20	R\$ 0,00	R\$ 2.537.568.676,08
Plano de Amortização Vigente (5)	R\$ 646.771.120,99	R\$ 0,00	R\$ 1.752.026.710,11
Resultado Atuarial (6 = 1 - 2)	-R\$ 297.359.676,57	R\$ 0,00	-R\$ 530.500.844,94
Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas IC = (a / (3+4))	45,57%	0,00%	33,17%

✓ **Opinião**

Considerando o valor apurado pelo laudo atuarial emitido, deve-se proceder o ajuste do saldo contábil de Provisões Matemáticas e Atuarias, no montante de R\$ 190.948.689,33, para adequação do saldo de provisão constituída.

Ainda, o laudo atuarial evidencia déficit de R\$ 530.500.844,94 dos planos de previdência administrados pelo Instituto, o que requer iniciativas da administração no sentido de garantir a viabilidade dos planos custeados.

4.2.2 PROVISÕES JUDICIAIS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Na verificação desta rubrica, o relatório enviado pela Assessoria Jurídica, não foi possível a identificação quanto a classificação de risco (provável, possível e remoto) e natureza das causas (ausência de processos cíveis), de modo que os procedimentos alternativos recomendados tornaram-se inviáveis diante da necessidade de aprimoramento nos processos de alimentação e manutenção das informações individuais, bem como qualquer validação quanto aos saldos de provisões constituídas.

✓ **Constatações**

Constatamos que o relatório apresentado pela assessoria jurídica da entidade não apresenta as informações necessárias para a conferência dos saldos dos registros contábeis, sendo que impossibilita a análise quanto eventuais riscos de desembolsos decorrentes deste contencioso jurídico não estão reconhecidos no passivo da entidade.

✓ **Recomendação**

Portanto, recomendamos a adequação do relatório apresentado pelo Setor Jurídico, o qual deve trazer um prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, classificando-as como provável, possível ou remota. Inclusive eventuais valores de honorários e/ou custas devidos em todas as ações movidas, visando suportar a avaliação de auditoria quanto a totalidade a real necessidade do reconhecimento das Contingências a Curto e Longo Prazo.

Quanto ao reconhecimento de provisões de contingência, temos o seguinte preceito estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Há obrigação presente que provavelmente exige a saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que possa, mas, provavelmente, não irá exigir a saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente onde a probabilidade da saída dos recursos é remota.
A provisão deve ser reconhecida (item 22).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).
A divulgação da provisão é necessária (itens 97 e 98).	A divulgação do passivo contingente é necessária (item 100).	A divulgação não é necessária (item 100).

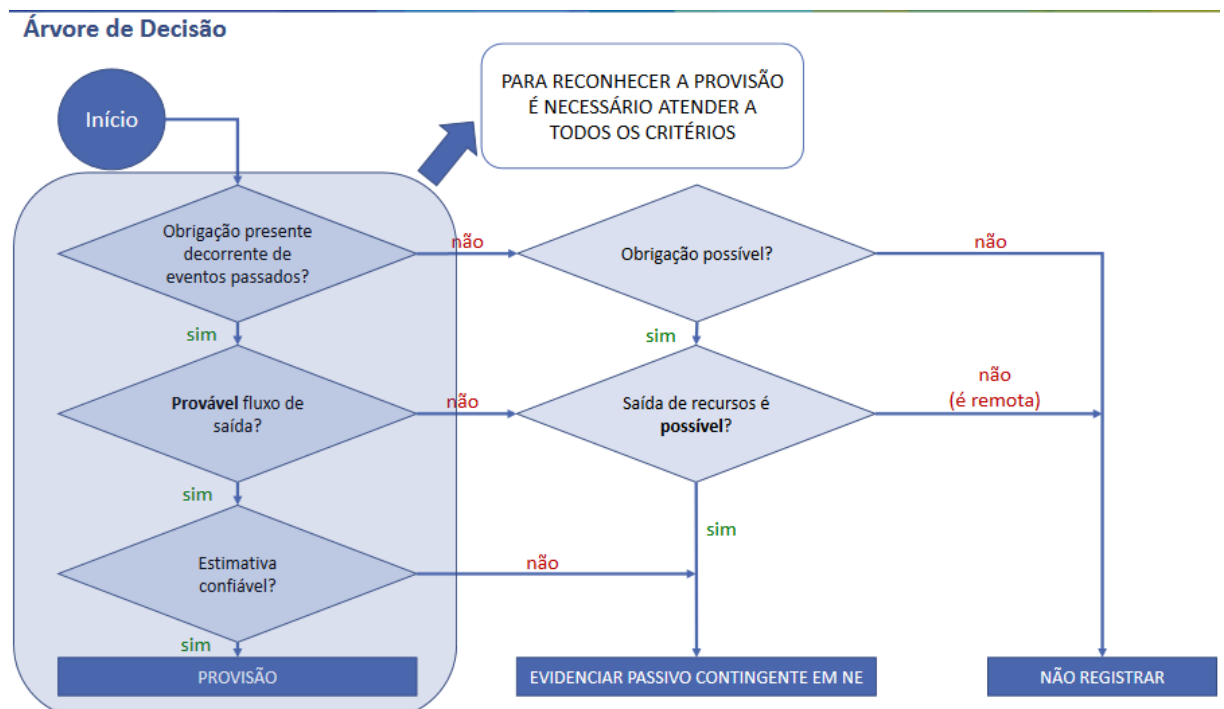
Reconhecimento da Provisão:

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- ⇒ a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ⇒ seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- ⇒ possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Árvore da decisão

Este resumo é apenas ilustrativo. Seu propósito é demonstrar os principais requerimentos de reconhecimento da Norma para provisões e passivos contingentes. E deve ser utilizado pelos peritos, para formação de sua opinião.



4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **14,89%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou negativamente em **78,83%** entre 2019 e 2020.

PASSIVO	SALDOS				Variação 30/04/2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.442.528.777,53	114,60	1.444.152.290,68	105,04	-1.623.513,15	-0,11	Alto	● Baixo
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-256.753.573,98	-20,40	-143.576.929,99	-10,44	-113.176.643,99	78,83	Alto	● Alto
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	76.528.132,95	6,08	76.528.132,95	5,57	0,00	0,00	Baixo	● Nulo
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-7.217.017,53	-0,57	-7.217.017,53	-0,52	0,00	0,00	Baixo	● Nulo
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	-20.536,99	0,00	-20.536,99	0,00	0,00	0,00	Baixo	● Nulo
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-187.462.995,55	-14,89	-74.286.351,56	-5,40	-113.176.643,99	152,35	Relativo	● Alto
TOTAL	1.258.708.545,15		1.374.821.018,92		-116.112.473,77	-8,45		● Baixo

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da entidade, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

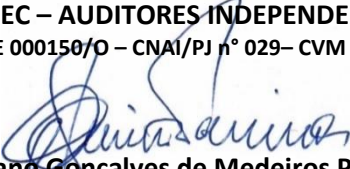
5. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 22 (vinte e três) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 01/2020.

Betim/MG, 19 de agosto de 2020.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029– CVM nº 12327



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9
CNAI - 1592



Phillippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2
CNAI – 4747



Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8
CNAI - 4850





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br